

FMI não pode querer acordo impossível, diz Rosemberg

Menezes de Moraes

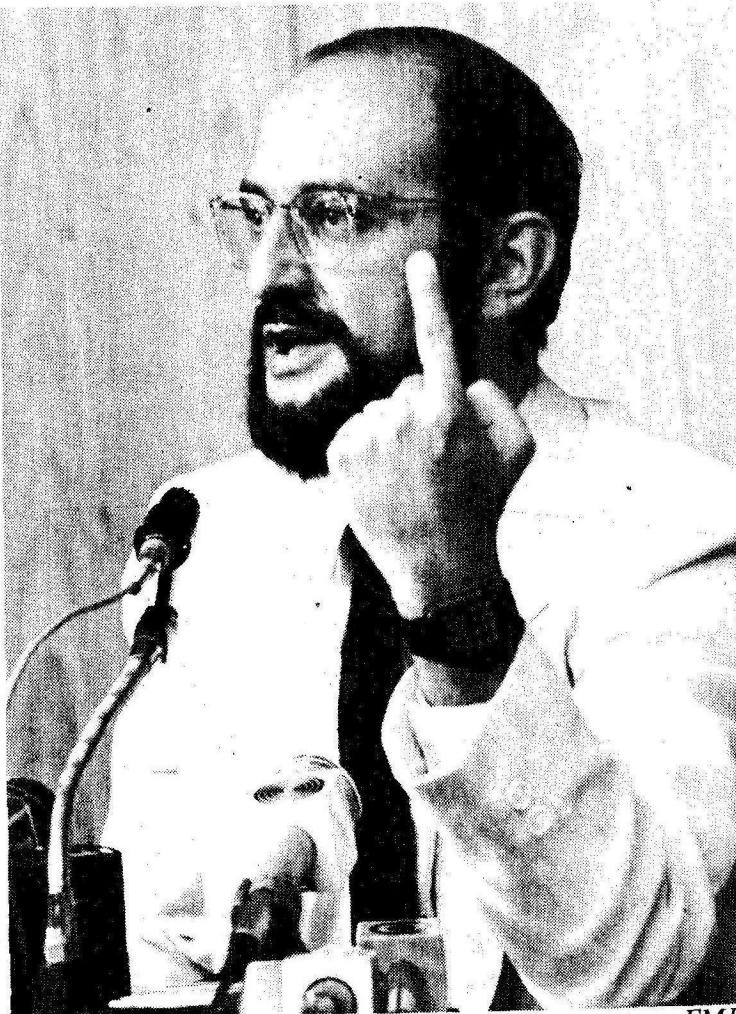
O presidente José Sarney não vai ceder às pressões do FMI, para recuar no seu propósito de continuar renegociando de forma política a dívida externa brasileira, calculada hoje em mais de US\$ 105 bilhões. A afirmação foi feita ontem pelo assessor para assuntos econômicos do presidente Sarney, economista Luiz Paulo Rosemberg. Ele disse ainda que "o FMI não pode exigir o impossível do Brasil". E pediu apoio da sociedade ao presidente.

O Fundo Monetário Internacional — acrescentou Rosemberg — precisa se dar conta do que se passa na realidade brasileira e na América Latina como um todo. O Brasil, por exemplo, não aceita imposições do FMI. O Brasil vai continuar honrando seus compromissos externos, mas não poderá, de forma alguma, pagar sua dívida de forma a comprometer o crescimento econômico e o desenvolvimento social do País.

Cortes

Quanto à questão dos cortes — além dos cortes já efetuados pelo governo brasileiro, o FMI exige mais um corte de US\$ 20 trilhões — o assessor para assuntos econômicos do presidente Sarney informou que o governo continua estudando o assunto, promovendo revisões nas contas das empresas estatais. E que Sarney não tomará "nenhuma decisão que implique em mais sacrifícios dos trabalhadores".

— É possível — acrescentou Rosemberg — pela reestimativa das receitas, o governo promover uma redução adicional do déficit público de US\$ 2 a 6 trilhões. As medidas já baixadas pelo governo reduzem o déficit operacional de US\$ 55 trilhões para US\$ 3



O Assessor de economia da presidência fala firme contra o FMI

trilhões. Mas o FMI quer um superávit de US\$ 1 a 1,2 por cento do PIB — Produto Interno Bruto, o que equivaleria um corte de US\$ 16 a 20 trilhões. E isso seria impossível, porque comprometeria a meta de crescimento para este ano, já estipulada pelo presidente Sarney, entre 5 a 6 por cento.

Mas segundo Rosemberg, o problema que está dificultando a renegociação da dívida externa brasileira com o FMI não é a questão dos cortes. "Este é apenas um aspecto do problema", disse ele. "Estamos discutindo com o FMI um programa de 12 a 18 meses. Então, você tem toda a programação de 86 condicionando esse acordo. E

J. França

todo estudo para 86, que é um trabalho complexo — porque não existe nada fechado ainda — requer tempo e paciência de todos, tanto do governo brasileiro como do FMI".

Rosemberg disse ainda que o governo brasileiro, sobre a realidade dos números relacionados aos cortes, "ainda não sabe o que o FMI quer. A missão brasileira que foi negociar com os técnicos do Fundo em Washington não teve o poder de negociação, porque ela só teve o poder de prestar esclarecimentos, então, os números surgem muito mais como caráter especulativo".

Rosemberg acrescentou que o governo brasileiro, para saber o que o FMI quer, o presidente precisa designar uma equipe com poderes para negociação e só aí a gente poderia dizer com precisão o que o FMI realmente deseja. O processo de renegociação da dívida é muito complexo e, para que ele tenha êxito, em sua condução política, o presidente Sarney precisa contar com o apoio de toda a sociedade".

Apoio

Esse apoio, aliás, o presidente Sarney já tem, segundo garantem os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e líder do governo no Congresso Nacional, e Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL. Eles asseguram que Sarney tem o apoio do Congresso Nacional e a solidariedade do povo brasileiro.

Também os ministros Pedro Simon, da Agricultura; Waldir Pires, da Previdência Social; e Aluizio Alves, da Administração, garantem que os ministros do PMDB estão apoiando a renegociação política da dívida. "O governo está no caminho certo", diz Simon.